

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

1 No dia dezessete do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, por meio da plataforma
2 *Microsoft Teams*, foi realizada a 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da
3 Pessoa com Deficiência – CONADE. Estiveram presentes na reunião os seguintes partícipes: Sr.
4 Nicolau de Medeiros Faustino, Representante da Casa Civil; Sra. Adriana Nemer Afonso,
5 Representante do Ministério das Cidades; Sr. Milton Pereira de Carvalho Filho, Representante do
6 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Sr. Francisco Alexandre Dourado Mapurunga,
7 Representante do Ministério da Educação; Sra. Patrícia Luíza Ferreira Rezende, Representante do
8 Ministério da Educação; Sr. Wallace Dias Freitas, Representante do Ministério do Desenvolvimento e
9 Assistência Social, Família e Combate à Fome; Sra. Deusina Lopes da Cruz, Representante do
10 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Sr. Nelson Luiz dos
11 Santos Tomassini, Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Sra. Fernanda Cláudia
12 Ferreira, Representante do Ministério das Mulheres; Sra. Sueli Francisca Vieira, Representante da
13 Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos; Sra. Anna Paula Feminella,
14 Representante da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos; Sr. Antônio José
15 do Nascimento Ferreira, Representante da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos
16 Humanos; Sra. Cibele Dutra de Franca, Representante do Ministério dos Transportes; Sra. Ludymilla
17 dos Santos Chagas, Representante do Ministério das Comunicações; Sra. Camilla Kely Pacheco
18 Perpétuo, Representante do Ministério das Comunicações; Sra. Maria do Carmo Tourinho Ribeiro,
19 Representante da Associação Brasileira de Autismo; Sra. Telma Maria Viga de Albuquerque,
20 Representante da Associação Brasileira de Autismo; Sra. Indyara de Araújo Morais, Representante
21 da Associação Brasileira de Saúde Coletiva; Sr. Victor da Silva Aquino, Representante da Associação
22 Brasileira de Saúde Coletiva; Sra. Jô Nunes, Representante da Associação Brasileira da Síndrome de
23 Williams; Sra. Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Representante da Associação dos

Familiares, Amigos e Pessoas com Doenças Graves, Raras e Deficiências; Sra. Érica da Silva Vitorino, Representante da Associação dos Familiares, Amigos e Pessoas com Doenças Graves, Raras e Deficiências; Sr. Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e Comunidade; Sr. Francisco Djalma de Oliveira, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e Comunidade; Sr. Carlos Eduardo Ferrari, Representante da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais; Sr. Carlos de Sousa Andrade, Representante da Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo; Sr. Daniel Faganello, Representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia; Sr. Augusto Cardoso Fernandes, Representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia; Sra. Laudecki Vieira dos Santos, Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras; Sr. Décio Gomes Santiago, Representante da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência do Brasil; Sr. Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das Apaes; Sr. Wagner Gonçalves Saltorato, Representante da Federação Nacional das Apaes; Sr. Jonas Pontes de Oliveira Brito, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi; Sr. Joelson Costa Dias, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil; Sr. Luís André Gonçalves Coelho, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil; Sr. Márcio Castro Aguiar, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil; Sr. Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil; Sr. Geziel Bezerra da Silva, Representante da Organização Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência Física; Sr. Cesar Ackar Magalhães, Representante da RETINA Brasil; Sra. Ângela Maria de Sousa Bezerra, Representante da RETINA Brasil; Sra. Márcia Adão, Representante da União Geral dos Trabalhadores; Sra. Cremilda Bastos Cravo, Representante da União Geral dos Trabalhadores.

Abertura da reunião: A Sra. Anna Paula Feminella iniciou a reunião agradecendo pela participação das conselheiras(os) que atenderam a solicitação do CONADE, para realização da 1ª Reunião Extraordinária de 2025. Fez uma contextualização acerca da pauta a ser debatida e o motivo que levou a realização da referida reunião. Após a instalação do Plenário, foi realizada a aprovação da pauta. Em seguida, a Sra. Ângela Maria de Sousa Bezerra solicitou que seja retirado o ponto de pauta referente a composição do CONADE, pois na última reunião realizada ele foi amplamente discutido

52 e debatido entre as conselheiras(os). Na ocasião, o colegiado deliberou que a composição para as
53 eleições de 2025 permaneceriam inalteradas, sendo o pleito realizado de acordo com o Decreto atual.
54 Propôs que sejam respeitados os prazos e normativas vigentes para garantir a regularidade e
55 legitimidade necessárias. Posteriormente, a Sra. Anna Paula Feminella inferiu que foi realizada uma
56 reunião entre a Comissão Técnica e a Presidência Ampliada do conselho e, diante disso, solicitada
57 uma reunião extraordinária para trazer uma minuta de composição do CONADE e deliberações.
58 Reforçou que as comissões técnicas possuem a natureza de estudar e elaborar propostas sobre temas
59 específicos e a quem compete, sem prejuízo da competência das comissões permanentes, estudar,
60 analisar e opinar parecer, sendo necessário subsidiar deliberações do Conselho Nacional dos Direitos
61 da Pessoa com Deficiência. Enfatizou que a comissão foi eleita pelo pleno do CONADE para realizar
62 discussões acerca da verificação do documento da DPF, bem como das atribuições para construção
63 de uma primeira proposta de elaboração de composição para o CONADE, no contexto da 5ª
64 Conferência Nacional. A referida comissão, que foi constituída em 28 de novembro de 2024, para
65 revisão da composição do CONADE, apresentou uma proposta inicial que deve ser avaliada pelos
66 conselheiros. Reafirmou que o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania vai atender todas as
67 demandas de deliberação do conselho, mas sem que haja qualquer tipo de perda de vagas para autistas.
68 Pontuou que a Comissão Temática apontou sobre a possibilidade de ampliar o debate acerca das
69 deficiências psicossociais e que deve ser realizada uma elaboração com total atenção, diálogo e calma
70 necessários, envolvendo todas as pessoas ligadas, diretamente, à temática. Seguidamente, o Sr. Cesar
71 Ackar Magalhães inferiu que, independentemente de não ter, em mãos, a Ata da 140ª Reunião
72 Ordinária do CONADE, fez a releitura da última reunião por meio do canal do YouTube, e constatou
73 que, observando o mérito do que foi aprovado, a pauta da reunião extraordinária realizada, contraria
74 o que foi deliberado e solicitou esclarecimentos acerca do que foi alterado. Inqueriu se o regulamento
75 do processo eleitoral do conselho já foi publicado, pois na última reunião foi proposto
76 encaminhamento para que fosse feito. Ato contínuo, o Sr. Nicolau de Medeiros Faustino informou
77 sobre o decreto nº 12.002 que modificou o fluxo de alteração na composição dos conselhos e atos
78 normativos. Como a composição do CONADE é baixada por decreto, entende-se que as alterações de
79 composição, regimento interno e atos normativos sobre o conselho, ficam a cargo de serem

80 regulamentados por portaria pelo ministério finalístico, ou seja, a Ministra dos Direitos Humanos e
81 Cidadania, Sra. Macaé Evaristo. Após, a Sra. Anna Paula Feminella pontuou que já houve a
82 convocação para que o Ministério Público possa indicar o seu representante; a Comissão Eleitoral do
83 CONADE já foi validada e o edital encontra-se em vias de ser publicado. Regatou, da reunião passada,
84 o quanto esse tema já havia sido debatido sobre o consenso em relação a reintegração dos conselhos
85 estaduais e municipais. Seguidamente, a Sra. Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira
86 iniciou sua manifestação demonstrando preocupação com a forma como a presente reunião foi
87 convocada e conduzida, considerando-a desnecessária nos moldes em que foi realizada e
88 extremamente desgastante para as conselheiras(os). Ressaltou que a Reunião Ordinária de novembro
89 tratou exaustivamente de temas relevantes, inclusive com deliberações unânimes, embora até o
90 momento não tenha sido disponibilizada a respectiva ata. Mesmo assim, revisitou o conteúdo
91 audiovisual da reunião com atenção e cuidado. Recordou que, naquela ocasião, foi apresentado pelo
92 Sr. Adnilson, representante da presidência ampliada, que não seria possível alterar a composição do
93 CONADE no momento, por limitações do decreto e do regimento em vigor. A alternativa deliberada
94 e aprovada, por unanimidade, foi a de permitir que os conselhos estaduais participassem por meio da
95 CAC, trazendo suas demandas às reuniões ordinárias do CONADE. Destacou que foi constituída uma
96 comissão temática para estudar a possibilidade futura de ampliação da composição, de forma paritária,
97 com a inclusão de uma entidade jurídica e a representação dos conselhos estaduais. Tal estudo,
98 conforme registrado na reunião, resultaria em posterior eleição complementar para preenchimento das
99 novas vagas. Salientou que não houve, em nenhum momento, deliberação ou autorização para
100 alteração estrutural imediata do CONADE. A conselheira também abordou a urgência no processo
101 eleitoral e lembrou que, à época, representantes como Sr. Roberto Paulo do Vale Tiné, Sr. Antônio
102 José do Nascimento Ferreira, Sr. Nicolau de Medeiros Faustino e Sra. Ana, alertaram sobre o prazo
103 apertado para dar início ao processo, que deveria seguir o decreto e o regimento vigentes. A escolha
104 do CONFEA para a comissão eleitoral foi possível justamente por ser uma entidade com cadeira
105 cativa, não concorrente às vagas. Criticou o fato de que decisões posteriores ignoraram essas
106 deliberações e pareceram atender a interesses pontuais, desconsiderando o que foi aprovado em
107 colegiado. Reforçou que a decisão do Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional apenas o

108 modelo de eleição, e não a composição do CONADE, o que tornava impróprias as tentativas de
109 alteração no ano eleitoral. Enfatizou o princípio da anterioridade da legislação eleitoral, que visa
110 garantir segurança jurídica, isonomia e estabilidade ao processo. Questionou a falta de transparência,
111 ao apontar que pareceres da Advocacia-Geral da União, minutas de decreto e outros documentos
112 relevantes foram encaminhados sem prévio conhecimento das conselheiras(os), embora datados de 27
113 de novembro — mesma data da reunião ordinária. Criticou também inconsistências em atas e ausência
114 de registros, o que compromete a lisura e a segurança institucional do processo. A conselheira alertou
115 para os riscos jurídicos e institucionais envolvidos nas alterações pretendidas, especialmente em ano
116 eleitoral, destacando a importância de respeitar as normas constitucionais e as decisões do próprio
117 colegiado. Reiterou que qualquer mudança relevante no decreto deveria ser feita com cuidado, dentro
118 dos limites legais, e com base em estudos técnicos, e não por portaria, instrumento que não comporta
119 alterações estruturais de grande impacto. Finalizou sua fala afirmando que reconhece a importância
120 do retorno dos conselhos estaduais, mas que esse processo precisa ser conduzido de forma segura e
121 responsável, sem comprometer os avanços já conquistados e sem incorrer em retrocessos
122 institucionais. Adiante, Sr. Daniel Faganello concordou com as falas da Sra. Maria Cecília Jorge
123 Branco Martiniano de Oliveira, Sra. Ângela Maria de Sousa Bezerra e Sr. Cesar Ackar Magalhães; se
124 posicionou acerca da comissão temática, pois aguardou o mês de dezembro todo para que pudesse
125 trabalhar, mas não recebeu nenhuma documentação. Solicitou que os documentos que forem enviados,
126 da comissão temática, possam ser completos com relatórios, Atas, justificativas e todo restante que se
127 fizer necessário. Posteriormente, a Sra. Maria do Carmo Tourinho Ribeiro pontuou que ao ler a
128 documentação que foi encaminhada, acerca da nova composição do CONADE, assustou-se por
129 perceber que as pessoas do espectro autista estariam fora dessa composição. Finalizou concordando
130 com as falas dos conselheiros, Sra. Maria Cecília, Sra. Ângela Maria de Sousa Bezerra e Sr. Cesar
131 Ackar Magalhães. Em seguida, o Sr. Décio Gomes Santiago considerou que sentiu falta de falas da
132 comissão, pois quando é repassada a informação de que será perdida uma vaga, é necessário que haja
133 uma explicação para o que está sendo posto. Também parabenizou a presidente pela proposta que foi
134 sugerida e inquiriu acerca da composição que será feita. Ato contínuo, o Sr. Joelson Costa Dias inferiu
135 que se sentiu contemplado com as falas que o antecederam, principalmente acerca dos

questionamentos referentes às eleições do CONADE. Reforçou sobre a importância de que as reuniões sejam convocadas com um mínimo de antecedência e os documentos que serão pautados, durante a reunião, sejam encaminhados antes para que seja realizada a apreciação. Solicitou que, para as próximas gestões, que seja realizada uma maior cobrança para a empresa que realiza a edição das Atas, a fim de que haja celeridade na entrega. Após, o Sr. Cesar Ackar Magalhães sugeriu, como encaminhamento, não apenas a retirada como ponto de pauta a proposta de nova composição para o CONADE, como o arquivamento dessa proposta durante a realização do período eleitoral. Solicitou também que os documentos relacionados às pautas das reuniões, sejam encaminhados aos conselheiros com a antecedência necessária, bem como as Atas das reuniões. Seguidamente, o Sr. Victor da Silva Aquino respondeu alguns dos questionamentos que foram inferidos. Pontuou que a comissão temática foi criada por meio de uma deliberação do pleno do CONADE, como solução, visto que, a possível alteração da composição do conselho, via decreto, seria demorada. Então, em nenhum momento, a comissão não discutiu o período de tempo que estaria em vigência. Reforçou que todos os trabalhos desenvolvidos pela comissão devem passar pelo plenário para que sejam realizadas as deliberações. Adiante, o Sr. Geziel Bezerra da Silva parabenizou a presidente por realizar a retirada do ponto de pauta e considerou que os conselheiros que o antecederam conseguiram reforçar vários dos seus pontos. Solicitou esclarecimentos acerca da não realização da reunião no mês de fevereiro de 2025. Reforçou sobre o desejo que sejam respeitadas todas as deliberações que foram realizadas na última reunião do CONADE. Posteriormente, a Sra. Sueli Francisca Vieira agradeceu a postura da presidente, pois foram dias extremamente complicados e difíceis, de bastante desgaste e debates. Reforçou sobre a importância do trabalho que têm sido realizados pelos conselheiros do CONADE em suas bases e territórios. Inferiu que a comissão foi eleita de fora legítima e nominal e recebeu a missão de trazer recomendações, baseadas em todas as discussões que foram realizadas. Em seguida, o Sr. Wallace Dias Freitas parabenizou a presidente por trazer a pauta para discussão e reforçou que é uma pauta muito importante para as pessoas com deficiência, e que é necessário sempre lembrar disso. Considerou que é importante que os conselheiros se unam para um bem maior. Ato contínuo, a Sra. Deusina Lopes da Cruz colocou-se a disposição para eventuais situações que se fizerem necessárias, principalmente sobre as causas dos autistas. Após, a Sra. Maria Cecília Jorge Branco

164 Martiniano de Oliveira solicitou nova fala para complementar suas considerações anteriores,
165 especialmente em razão das manifestações do Dr. Joelson Costa Dias e do conselheiro, Sr. Victor da
166 Silva Aquino. Reafirmou que os desgastes recentes vivenciados pelo CONADE poderiam ter sido
167 evitados, caso houvesse uma condução mais adequada e o devido respeito às deliberações da 140ª
168 Reunião Ordinária, conforme alertado por diversas conselheiras(os) nos grupos de comunicação.
169 Destacou que, devido à condução adotada, conselheiras(os) passaram a ser injustamente associados a
170 decisões das quais discordavam, o que causou danos institucionais e à imagem do colegiado. Apontou
171 que a mudança de rumo na pauta da reunião ocorreu apenas após a forte mobilização externa da
172 comunidade autista, questionando se outras perdas — como a unificação da representação de doenças
173 raras com síndromes e a retirada de cadeiras específicas — teriam recebido a mesma atenção caso não
174 houvesse essa pressão pública. A conselheira expressou preocupação com a tentativa de alteração da
175 composição por meio de portaria em pleno ano eleitoral, ressaltando que essa ação representaria uma
176 violação ao princípio da anterioridade da lei eleitoral e colocaria em risco a segurança jurídica do
177 processo. Destacou, ainda, que nenhuma documentação técnica ou estudo embasado foi previamente
178 apresentado aos conselheiros para análise da proposta de nova composição, impossibilitando uma
179 avaliação criteriosa do conteúdo. Enfatizou que o problema não reside no mérito da proposta, mas na
180 forma como o processo foi conduzido, de maneira atropelada e sem transparência. Ressaltou que a
181 perda de representatividade não se limitaria à comunidade autista, mas também atingiria pessoas com
182 deficiência física e com doenças raras, que, mesmo afetadas, não conseguiram gerar o mesmo nível
183 de mobilização. Concluiu sua fala com um apelo à observância das deliberações legítimas já
184 aprovadas, ao respeito às representações do conselho e à necessidade de conduzir os trabalhos com
185 parcimônia, serenidade e responsabilidade, sempre pautados na legalidade e no compromisso com os
186 direitos das pessoas com deficiência. Seguidamente, a Sra. Ludymilla dos Santos Chagas reforçou o
187 trabalho que tem sido feito pela presidência do CONADE e parabenizou. Considerou que todas as
188 discussões que são realizadas dentro do conselho devem ser levadas às suas bases e territórios, pois
189 os conselheiros são representantes dessas pessoas. Considerou que é necessário ponderar e manter a
190 ética na condução dos trabalhos. Adiante, o Sr. Francisco Djalma de Oliveira referenciou que é uma
191 inverdade dizer que a comissão temática deseja retirar o segmento autista das pautas do conselho. Em

192 seguida, a Sra. Ângela Maria de Sousa Bezerra considerou que o CONADE precisa investir nas
193 tratativas a fim de aumentar a mesa sem retirar nenhuma entidade ou especificidade. Reforçou que o
194 CONADE existe para dar voz as pessoas que são invisibilizadas. Posteriormente, o Sr. Márcio Castro
195 Aguar considerou que é favorável as falas dos conselheiros que o antecederam, referente a
196 manutenção da cadeira destinadas as pessoas do espectro autista. A proposta apresentada possui
197 avanços, mas necessita ser aperfeiçoada e discutida. Ato contínuo, a Sra. Laudeci Vieira dos Santos
198 pontuou que a Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras publicou uma Nota de Repúdio
199 a eleição realizada no CONADE, pois existem várias perguntas e questões que não foram respondidas.
200 **Encerramento da reunião:** A Sra. Anna Paula Feminella agradeceu a participação de todas as
201 conselheiras(os) e encerrou a 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa
202 com Deficiência – CONADE.